

A ASCENSÃO DO PRIMO POBRE: O TABACO NA ECONOMIA COLONIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA - UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO -

Gustavo Acioli¹

Entre as tantas variedades de vegetais oriundos da América que se tornaram difundidos pelo mundo após o contato e conquista do Novo Mundo pelos europeus, talvez nenhum tenha alcançado tanto prestígio, a despeito de seus detratores de então e os de agora, quanto o tabaco. Havia pelo menos três tipos desta erva, cada um correspondendo, grosso modo, às zonas geográficas da América. Não tardou para que, após ter sido levado para o Velho Mundo por seus viajantes, colonos e enviados oficiais, a “erva santa” passasse a ser largamente consumida pelos europeus de todas as camadas sociais, seja na forma de rapé, de mascar ou como fumo, assim como aparece, tão naturalmente, fazendo as delícias de um Hans Castorp (e os seus *Maria Mancini*) ou de um Pável Ivánovitch Tchitchicov².

A América portuguesa foi um dos maiores produtores deste gênero tropical desde o século XVII, tendo sido sua exportação uma das principais fontes de renda do Estado português e uma peça importante na reprodução da sociedade escravista. Ainda assim, o tabaco faz o papel de primo pobre na historiografia nacional, embora conte com textos fundamentais que dele se ocuparam parcial ou totalmente. Nas linhas que se seguem, apresento um breve balanço da historiografia que tem por tema a economia do tabaco no período colonial, destacando as formulações e hipóteses que as obras, já clássicas, trouxeram e os aprofundamentos e respostas que a historiografia posterior acrescentou ao tema³.

Elegemos as relações de produção como eixo central desta revisão, isto é, o regime de mão-de-obra e de propriedade/posse e uso da terra na fumicultura colonial que, a nosso ver, apresenta-se como o ponto mais relevante das abordagens do tema na historiografia. Esse recorte tem seu quê de arbitrariedade, mas se justifica

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Este artigo é um dos frutos de minha participação no Programa de Formação de Quadros Profissionais do Cebrap, de 2002 a 2004, onde contei com bolsa da CAPES. Aproveito para agradecer ao Prof. Dr. Fernando Novais e à Prof^a Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini as sugestões e críticas ao texto integral debatido no Cebrap, dos quais me beneficieei na revisão de alguns aspectos do texto, sem que a ambos, claro, se devam as deficiências que possam persistir.

² Nos referimos, aqui, aos heróis de, respectivamente, a *Montanha Mágica* de Thomas Mann e de *Almas Mortas* de Nikolai Gógol.

³ É necessário dizer que este apanhado não se pretende exaustivo mas, antes, segue um critério de escolha das obras consideradas por nós mais relevantes. Convém, ainda, acrescentar que apesar de ter conhecimento de dissertações e teses sobre o tema, a algumas, infelizmente, não tive acesso.

pela maior coerência da exposição. O texto está dividido em duas partes, correspondendo a cada etapa de aprofundamento da questão, seguidas de uma conclusão que não pretende mais que apontar um caminho possível de continuidade para o estudo do tema.

A sementeira: pontos de partida

Em lugar de seguir uma ordem estritamente cronológica, preferimos começar por um texto que colocou com clareza e precisão os caminhos que eram necessários à pesquisa histórica seguir para dar conta do papel do tabaco na economia colonial luso-brasileira e dentro das dimensões do império português. Num breve artigo de 1968, José Roberto do Amaral Lapa ressaltava a importância do gênero na história econômica da América portuguesa mas, não obstante, constatava “*que a literatura científica que há sobre o assunto, sob o ponto-de-vista histórico, é singularmente pobre. Por outro lado, a documentação a seu respeito, conservada nos arquivos brasileiros [...] é excepcionalmente rica*”⁴.

Lapa apontou quais aspectos ainda careciam de pesquisa aprofundada, que levassem ao conhecimento da fumicultura colonial além das preciosas informações, antigas em mais de dois séculos e meio, legadas por Antonil⁵. As questões à espera de repostas consistiam no comércio de tabaco brasileiro com a Europa, África e Oriente, seu transporte e flutuação dos preços, bem como os “*problemas relacionados com os mercados consumidores*”, isto é, os “*usos e aplicações do tabaco*” nos continentes citados. A relação entre tráfico de escravos e comércio de tabaco nas costas ocidentais da África também reclamava atenção⁶.

Na esfera da produção, careciam ainda de esclarecimentos, segundo o autor, aspectos “*ligados à mão-de-obra nas áreas de produção, isto é, suprimento, colaboração dos escravos e do trabalho livre*”, assim como

“*questões como a do regime de divisão, aproveitamento e propriedade da terra e também ao tamanho das fazendas de tabaco ou ao caráter democrático da cultura que pode ser feita em pequenas áreas e por pessoas e famílias de poucos recursos.*”⁷

Salientava, como se vê, o predomínio das pequenas propriedades na cultura do tabaco, conhecidas por *lavoura dos pobres* ou de *fundo de quintais*. Como questão central estipulava uma relação entre o comércio de escravos e a cultura do tabaco de qualidade inferior, propondo assim uma conexão entre circulação e produção⁸. Chamou a atenção para o desconhecimento da *vida social na zona fumageira*, para a disputa entre a mandioca e o tabaco, na qual as autoridades se punham do

⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 6-7, jun. e dez. 1968, p. 83.

⁵ LAPA, Esquema..., p. 84, nota 2; cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1948 [1711], p. 151-154.

⁶ LAPA, Esquema..., p. 84-85.

⁷ LAPA, Esquema..., p. 84-85.

⁸ LAPA, Esquema..., p. 84-85.

lado daquela e ressaltou a complementaridade entre a fumiicultura e a pecuária, como exceção no agro colonial, além de aspectos relativos à administração e o comércio do gênero⁹.

O mesmo autor voltou a tratar do assunto pouco depois, avançando respostas às questões que o mesmo havia colocado. No artigo “O tabaco brasileiro no século XVIII”¹⁰, retoma os pontos que já salientara, com base numa *Memória* de Joaquim de Amorim Castro¹¹ e outros documentos e textos coevos daquele¹².

Reitera o predomínio da pequena propriedade, cultivada por pequenos plantéis de escravos e com mão-de-obra familiar, do que decorre a precária condição econômica dos fumiicultores, às voltas com os constrangimentos oriundos da dependência de crédito provido por atravessadores¹³. A disputa entre as autoridades e os plantadores em torno do plantio de tabaco em lugar da mandioca recebe novas referências que a reiteram¹⁴.

Os aspectos que efetivamente aprofunda, contudo, são os pertinentes ao tratamento que a planta recebe durante seu sazonalamento e o beneficiamento que as folhas de tabaco recebiam, bem como a importância da associação entre a pecuária e a fumiicultura, particularmente na fertilização da terra por adubo animal, prática que considera excepcional na agricultura colonial¹⁵. Veremos que, de acordo com documentos de fins do século XVIII, o uso de adubo animal não era a regra, mesmo na fumiicultura. A afirmação de Lapa fia-se na descrição de Amorim Castro que, assim como a de Antonil, é provável que se atenha mais às condições ideais que às efetivamente praticadas¹⁶.

A autocrítica de seu trabalho, não obstante alguns avanços, faz com que Lapa conclua expondo os limites do mesmo e fazendo um quase apelo ao aprofundamento ainda necessário sobre a economia fumageira “*que permitirá mesmo a síntese que se faz necessária para a visão global da economia na colônia*”¹⁷.

⁹ LAPA, Esquema..., p. 86-89.

¹⁰ LAPA, J. R. do Amaral. O tabaco brasileiro no século XVIII. *Studia*, Lisboa, n. 29, 1970; republicado como: Um agricultor ilustrado do século XVIII. In: LAPA, J. R. do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 141-186, edição que citaremos.

¹¹ CASTRO, J. de Amorim. *Memória sobre as espécies de tabaco que se cultivam na vila da Cachoeira, 1788*. In: LAPA, *Economia colonial*, p. 187-213; cf. também CASTRO, J. de A.. *Manufatura do tabaco, 1788*. In: LAPA, *Economia colonial*, p. 215-29.

¹² Principalmente o DISCURSO Preliminar, Histórico, Introdutivo, com Natureza e Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. XXVII, 1906, p. 283-348.

¹³ LAPA, *Economia colonial*, p. 158, 184-5.

¹⁴ Incluindo um Alvará (1701) que proibiu a criação de gado dentro de dez léguas das margens dos rios; LAPA, *Economia colonial*, p. 167-9.

¹⁵ LAPA, *Economia colonial*, p. 158, 163-7, 171-5 e 185.

¹⁶ *Sobre Cultura e Opulência...* de Antonil, cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 1999.

¹⁷ LAPA, *Economia colonial*, p. 186.

Dentre tais questões, umas mais e outras menos já haviam recebido algum tratamento em obras contemporâneas ou que precederam aos artigos citados acima. Os pontos que, até então, maior atenção mereceram, foram os relativos ao comércio do tabaco, sobretudo rumo à África, ficando por aprofundar as demais sendas delineadas por Lapa. Assim, trataremos de indicar os avanços sobre o estudo do tema no que diz respeito ao predomínio da produção em pequena escala na fumicultura, primeiro nos trabalhos concluídos até os anos 1960 e, depois, naqueles que direta ou indiretamente aceitaram o desafio de elucidar os aspectos ressaltados por Lapa no que diz respeito à produção.

De saída, verificamos que apenas uma outra obra de cunho acadêmico, além das de Lapa, tratou exclusivamente do tabaco brasileiro antes da década de 1970. A dissertação de Maria da Conceição J. F. Cheis, *O Tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*¹⁸, é bastante abrangente, embora com maior destaque ao comércio e organização da administração e arrecadação do tabaco. Deu pouca atenção às relações de produção na colônia, apesar de avançar alguns pontos interessantes sobre a pobreza dos lavradores em Pernambuco e uso de mão-de-obra indígena no Maranhão¹⁹. As demais obras que incluíram a fumicultura e/ou comércio de tabaco da América portuguesa, fizeram-no dedicando atenção parcial ao tema, embora com conclusões relevantes, que viriam subsidiar a análise das pesquisas ulteriores.

É o caso do terceiro estudo de Caio Prado Júnior, por demais conhecido para que entremos em detalhes a seu respeito. Seu caráter inovador na abordagem da história do Brasil já foi salientado por vários autores²⁰. Apenas desejamos reiterar aqui um dos pontos centrais de *Formação do Brasil Contemporâneo*²¹, a saber, a relevância dada às relações de produção no Brasil colônia²². As páginas dedicadas à cultura do tabaco não fogem a esta regra: Prado Júnior analisa o regime de

¹⁸ CHEIS, Maria da Conceição J. F. *O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967 (Dissertação de Mestrado em História).

¹⁹ CHEIS, *O tabaco do Brasil...*, p. 36-51.

²⁰ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Notícia de vária história*. [Rio de Janeiro]: São José, 1951, p. 96 e ss.; (o mesmo autor tece considerações menos lisonjeiras na mesma obra, p. 117-8); IGLÉSIAS, Francisco. Introdução: um historiador revolucionário. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *História*. Organizado por Francisco Iglesias. São Paulo: Ática, 1982, p. 21-32. Para Iglesias, *Formação* é um dos “três pilares da historiografia econômica brasileira”, junto com Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil de 1936* e Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. IGLÉSIAS, Introdução..., p. 29; cf. também NOVAIS, Fernando. Caio Prado: historiador. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 2, jul. 1983, p. 66-70.

²¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Brasil colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961 [1942].

²² Sobre a centralidade do escravismo na formação econômica e social colonial na obra de Prado Jr., cf. IANNI, Octavio. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP; Brasiliense; 1989, p. 66, 69-71; para uma consideração que vê como insuficiente a análise do papel da escravidão em Prado Júnior, cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988, p. 3.

mão-de-obra e de uso da terra, apontando, de um lado, uma particularidade da fumicultura e, de outro, sua integração ao regime geral²³.

A peculiaridade da fumicultura na América portuguesa consistia na produção realizada com pequenos plantéis de escravos e em pequenas unidades fundiárias, o que a singularizava frente à *plantation* açucareira. No entanto, tal como esta, a produção fumageira era, no entender do autor, de “caráter” escravista, por não dispensar o uso de escravos em todas as etapas de produção.

A reduzida dimensão dos plantéis e das áreas dedicadas à fumicultura (os ‘sítios’) é explicada por Prado Júnior por seu aspecto, pode-se dizer, técnico. A necessidade do cuidado individual com cada uma das plantas (o que se chama de ‘cultura de jardinagem’) não permitia ganhos de escala em sua produção, o que inviabilizava a exploração do tabaco no regime de *plantation*. Esta mesma técnica é apontada pelo autor como a única exceção ao regime predatório de uso da terra, pautado pela baixa tecnologia e cultura extensiva, cujo maior exemplo é o da produção açucareira. Na cultura do tabaco usava-se de adubo, o que preservava a terra, além dos cuidados para melhorar a qualidade e produtividade das plantas. Portanto, a fumicultura era, a um só tempo, uma exceção e uma comprovação do regime econômico colonial. Já vimos que estes dois últimos pontos - a produção em pequena escala e a prática de fertilização da terra - foram reafirmados por Lapa.

Das sementes aos rolos: a especialização historiográfica sobre o tabaco

A primeira contribuição ao estudo específico do tabaco brasileiro veio de uma historiadora norte-americana, Catherine Lugar, autora de uma tese²⁴ sobre os comerciantes da Bahia colonial. Aqui, porém, nos restringiremos a um artigo seu, *The Portuguese Tobacco Trade and Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period*, publicado numa coletânea²⁵. Fazendo uso de documentos publicados e manuscritos, a autora buscou contabilizar as exportações de tabaco da América portuguesa para a África ocidental e para Portugal e deste para a Europa, contudo, apenas para a segunda metade do século XVIII e primeira do XIX. Tratou de temas já analisados pelos autores que já citamos, acrescentando dados mais minuciosos acerca dos produtores de tabaco no Recôncavo baiano.

Os documentos arquivísticos compulsados pela autora permitiram-lhe lançar luz sobre a “vida social” dos fumicultores, mas deixando na sombra, por falta de elementos, os fatores produtivos. De acordo com registros locais dos lavradores de tabaco feitos em Cachoeira (1798-1814) por ordem de Lisboa, a autora concluiu que o produtor “típico” era “branco, casado, e vivia em sua fazenda situadas numa das três paróquias mais próximas à cidade” (ou vila) de Cachoeira²⁶.

²³ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 147-9, para os dois parágrafos que se seguem.

²⁴ LUGAR, C. *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. Ann Arbor, 1980.

²⁵ LUGAR, C. *The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period*. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Florida: University Press of Florida, 1977, p. 26-70.

²⁶ LUGAR, *The Portuguese tobacco...*, p. 60-1; no original: “the ‘typical’ grower of Cachoeira was white, married, and lived on his farm situated in one of the three parishes closest to town”.

A autora ressalta, por fim, os constrangimentos legais ao comércio de tabaco, seja para a metrópole, seja para a Costa da Mina, como o principal motivo de descontentamento dos produtores de tabaco dos campos da Cachoeira. Assim como Verger viu na rivalidade entre os comerciantes residentes na capital do Estado do Brasil e os metropolitanos um dos fundamentos da ruptura política com a metrópole²⁷, para Lugar aquelas dificuldades fizeram com que os fumicultores se constituíssem num “grupo na sociedade colonial que era extremamente consciente de sua exploração pela ‘camarilha’ de monopolistas de Lisboa e provavelmente para sentirem-se traídos pelo Governo português”²⁸.

Sobre o regime de mão-de-obra e de terras, a autora procurou demonstrar que os limites aos ganhos de escala (hipótese de Prado Júnior) determinaram o predomínio da produção de tabaco em pequenas propriedades, assim como o baixo custo dos insumos necessários à fumiicultura facilitou o acesso de homens pobres livres a esta lavoura. Pretende, contudo, que o predomínio de pequenos produtores neste ramo só se consolidou ao longo da década de 1830, quando a produção se concentra no beneficiamento do tabaco em folha²⁹.

Quanto ao regime de propriedade e uso da terra, as listas de registro dos fumicultores indicaram que pelo menos metade dos produtores não eram donos das terras em que plantavam e que a maioria produzia em terras de salão ou arenosas (impróprias para a cana de açúcar), sendo que cerca de metade dos fumicultores fazia uso de fertilizantes³⁰. Já sobre a utilização de escravos, Lugar nada pode acrescentar efetivamente, mantendo a suposição de que os mesmos eram geralmente empregados nas lavouras de tabaco, sobretudo no beneficiamento, tarefa especializada e árdua³¹.

Em dois estudos publicados nos anos 1980, Stuart Schwartz, apesar de não se restringir ao tabaco, fez afirmações contundentes a respeito do regime de mão-de-obra predominante na lavoura fumageira do Recôncavo baiano colonial. No primeiro deles, sobre *plantations e periferias* no agro colonial brasileiro³², o autor contabilizou a crescente participação de agricultores pardos na lavoura do tabaco

²⁷ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 12, 310-12 [1968].

²⁸ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 69; no original: “Tobacco growers were one group in colonial society who were extremely conscious of their exploitation by a clique of Lisbon monopolists and likely to feel betrayed by the Portuguese government”.

²⁹ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 33-5; O exercício consiste em calcular, a partir de um valor médio de produção por escravo, segundo relatos de época, e para a área mínima necessária para o plantio, os valores subseqüentes de produtividade, também segundo relatos coevos, para fazendas com 12, 18 e 30-40 escravos e a correspondente área de terra.

³⁰ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 57-65.

³¹ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 55, 57; sobre as etapas da produção do tabaco, do plantio ao beneficiamento, cf. ANTONIL, *Cultura e opulência...*, p. 151-4; VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969, p. 197-9; DISCURSO Preliminar, p. 322.

³² SCHWARTZ, Stuart. *Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750*. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História de América Latina - vol. 3: América Latina Colonial: economía*. Barcelona: Crítica, 1990, p. 191-259; publicado originalmente in. BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin American*. v. II, Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

baiano, atestando a menor participação relativa de escravos neste ramo. No entanto, rejeitou terminantemente a idéia de que se tratasse de uma produção baseada na pequena propriedade não escravista³³.

Num outro estudo, publicado no Brasil como *Segredos Internos*³⁴, que alcançou merecido reconhecimento³⁵, Schwartz apresentou novos elementos que reiteravam aquela afirmação. De acordo com dados de apenas três propriedades agrícolas do Recôncavo, o autor conclui ser ilusório falar de produção camponesa neste ramo do agro baiano colonial, devido à média de 16 escravos por sítio, supondo, assim, que os lavradores de fumo detinham mais escravos que os de mandioca³⁶. Estas considerações estão de acordo com a tese central de Schwartz, na qual toma “os aspectos sociais da produção” como núcleo de análise. A escravidão, embora considerada como “parte de uma estrutura mais abrangente de relações sociais e econômicas”³⁷, é dominante na produção açucareira, sendo a forma de relação de produção que dá o tom às demais, mesmo onde os escravos são em menor contingente ou ausentes, hierarquizando os proprietários e os não proprietários³⁸.

A nosso ver, o mais completo trabalho sobre o tabaco na economia luso-americana deve-se ao historiador francês Jean Baptiste Nardi, fruto de sua tese de doutorado parcialmente publicada no Brasil na década de 1990. Em *O fumo brasileiro no período colonial*³⁹ encontramos pesquisas e análises aprofundadas e fundamentadas em ampla gama de documentos. Como indica o subtítulo do estudo, a pesquisa tentou equacionar as questões referentes aos três principais aspectos da economia do tabaco na América portuguesa e no âmbito do império português. A abordagem, digamos, global do assunto se deve à percepção pelo autor de que “o trinômio lavoura-comércio-administração mencionado no subtítulo deste livro forma, no caso do fumo luso-brasileiro, um conjunto de elementos indissociáveis”⁴⁰.

³³ SCHWARTZ, Brasil colonial..., p. 221-222.

³⁴ SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (edição original: *Sugar plantations in the formation of Brazilian society - Bahia 1550-1835*. Cambridge University Press, 1984).

³⁵ Vejam-se as resenhas de OLIVEIRA, Francisco de; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Engenho de Sempre. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 24, julho, 1989, p. 193-202; para Alencastro, “o livro revoluciona a história econômica e social do período colonial”; OLIVEIRA & ALENCASTRO, *Engenho de sempre*, p. 197.

³⁶ OLIVEIRA & ALENCASTRO, *Engenho de sempre*, p. 357-358, 362.

³⁷ OLIVEIRA & ALENCASTRO, *Engenho de sempre*, p. 10.

³⁸ Em outro texto, o autor reitera que: “Eu pessoalmente continuo descrente da idéia que nega a posição social preeminente do setor escravista exportador da economia como motor da vida colonial, sua razão de ser e sua condição de melhor entendimento de seu desenvolvimento histórico”. SCHWARTZ, S. B. *Mentalidades e estruturas sociais no Brasil: uma resenha coletiva. Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, dez. 1999, p. 134.

³⁹ NARDI, J. B. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996. Do mesmo autor, publicou-se também: *O fumo no Brasil-colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Col. “Tudo é História”, vol. 121). Creio que a publicação de sua tese dispensa o recurso a este opúsculo.

⁴⁰ NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 20.

Nardi reafirmou a região de Cachoeira como o centro da produção fumageira, o que já se sabia desde Prado Júnior, mas forneceu os números de sítios ou fazendas de tabaco localizados em cada uma das freguesias da região⁴¹. Vejamos, então, quais as principais contribuições de seu estudo aos demais aspectos do tema.

Em primeiro lugar, no que toca à lavoura, assim como Catherine Lugar, procurou definir o perfil sócio-econômico dos lavradores de tabaco, embora com ênfase na feição dos fatores produtivos: regime de mão-de-obra e de propriedade/uso da terra. Tal como aquela autora, Nardi só pode contar com informações do último quarto do Setecentos e, da mesma forma, o registro de lavradores de que lançou mão nada trazia a respeito da propriedade ou não de escravos pelos fumicultores arrolados, nem das dimensões das fazendas. Baseado no *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Cachoeira*, chegou à conclusão de que uma “fazenda-tipo” de tabaco compunha-se de “lavrador livre, branco, casado”, com “família de sete pessoas; rendeiro”, dono de “quatro escravos”, cultivando 4,2 tarefas (cerca de 2 ha.) de terra de “solo de areia ou salão, sem uso de esterco de gado”, cuja produção anual era de 232 arrobas de fumo⁴².

O perfil aproxima-se do elaborado por Lugar, de que já tratamos, com duas importantes exceções: no tocante à propriedade da terra e ao uso de fertilizante animal. Este segundo aspecto poderia ser considerado de somenos, não fosse a insistência sobre esta peculiaridade positiva da fumicultura frente à *plantation* nos demais pesquisadores. Lugar, inclusive, faz da adubagem uma das razões para a fixação do pequeno produtor à terra.

Ao assinalar o predomínio do arrendamento entre os fumicultores, Nardi denota a posição modesta destes produtores. Neste sentido, torna-se relevante também a ocorrência de arrendamentos entre parentes, o que poderia indicar a estabilidade de transmissão da posse e/ou uso da terra entre os fumicultores, caracterizando a condição de camponeses destes produtores⁴³. Por outro lado, a constatação de distintos perfis de posse e uso da terra neste ramo, na mesma região, por cada um dos pesquisadores revela, talvez, certa instabilidade da condição daqueles produtores⁴⁴.

Assinale-se, contudo, que Nardi buscou superar as lacunas (as mesmas encontradas por Lugar) das fontes por meio de estimativas indiretas para o tamanho das propriedades e dos plantéis de escravos nelas utilizadas. No primeiro caso, dividiu a produção total de tabaco de dois lustros pelo número de fazendas registradas no mesmo período, multiplicando o resultado pela produção média por

⁴¹ Suas freguesias em ordem decrescente de produção no último quarto do séc. XVIII: S. José de Itaporocas, S. Gonçalo do Campo, N. Sra. da Cachoeira, S. Pedro de Muritiba, Outeiro Redondo e S. Estevão de Jacuípe; NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 36-41.

⁴² NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 59-61, 69.

⁴³ Sobre esta condição para a definição do campesinato, cf; CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979, p. 52.

⁴⁴ Salvo se trate de imprecisões das próprias fontes; o período coberto pelas fontes consultadas por Catherine Lugar é maior (1774-1835) que o das compulsadas por Nardi (1783-1799), mas os registros utilizados por Lugar são majoritariamente do último quarto do séc. XVIII.

tarefa (de acordo com testemunhos do século XVIII). No segundo caso, também operando com testemunhos coloniais - acrescidos com dados historiográficos - estima o número de escravos 'disponíveis' para a fumiicultura nos campos da Cachoeira⁴⁵, dividindo-os pelo número de lavradores registrados⁴⁶.

Mesmo diante da natureza conjectural de seus dados, Nardi não hesitou em afirmar que “ao contrário do que em geral se escreveu sobre o assunto, a lavoura de fumo caracterizava-se pelo minifúndio”⁴⁷, no que está de acordo com boa parte dos autores que tocaram neste ponto. E ainda que, em relação à propriedade de escravos, os fumiicultores estavam “entre os moradores e os lavradores de mandioca”⁴⁸. Mas [...] podemos assimilar nossos fumiicultores a estas duas categorias”⁴⁹.

Deixemos um pouco o Recôncavo e passemos ao “Nordeste oriental”, ou melhor, à capitania geral de Pernambuco, para tratarmos de um estudo solitário, o único a abordar com profundidade a fumiicultura na região. De autoria de Guillermo Palacios, *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución industrial*⁵⁰, originalmente apresentado como tese em Princeton, trata da expansão do campesinato na faixa leste da capitania de Pernambuco e suas anexas, ao longo do século XVIII. Uma das teses centrais da obra é resumida pelo autor da seguinte forma:

“se la producción de tabaco en la primera mitad del siglo XVIII no estaba basada en la agricultura campesina, la agricultura campesina de esa época estaba, ella sí, muy probablemente basada en el tabaco.”⁵¹

A disseminação da produção de tabaco entre os lavradores pobres da região se deveu a um conjunto de fatores, segundo Palacios, que podem ser divididos em mercantis, institucionais e estruturais. A demanda negreira por tabaco, estimulada pelas minas, assim como alavancou a produção no Recôncavo, abriu a oportunidade para a oferta de um gênero exportável produzido com baixo custo pelos produtores familiares do Nordeste oriental. Essa oferta foi estimulada e teve seu escoamento garantido pelos *comissários volantes*, fornecedores de produtos europeus e traficantes de escravos com pouco capital, responsáveis pelo contrabando de cativos da Costa da Mina na região⁵². O peso do aparelho

⁴⁵ Os que restam depois subtraídos os escravos aplicados na produção de açúcar do Recôncavo; os dados sobre o total de escravos do Recôncavo são de SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 356-68.

⁴⁶ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 60-61, p. 69.

⁴⁷ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 69.

⁴⁸ Segundo as informações elaboradas por SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 357-8 sobre estas 'categorias'.

⁴⁹ NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 61.

⁵⁰ PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución industrial*. México, D. F.: Colegio de México/ Fondo de Cultura, 1998. Já há tradução em português pela Editora da UnB, 2003.

⁵¹ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 35-36.

⁵² PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 37-38, p. 65-68, p. 107.

⁵³ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 41-2, 67-8, 111.

administrativo sobre o Recôncavo, que regulamentava e tributava o comércio de tabaco baiano, teria estimulado a produção *livre* em outras regiões, em especial Pernambuco, Alagoas e Paraíba⁵³, que contou com as terras ‘liberadas’ pela proibição da pecuária até dez léguas do litoral.

Por fim, o fator mais importante, porque concernente à tese central do autor, é que a emergência da fumicultura campesina na região em foco se deveu ao recuo da cana-de-açúcar, devido à crise em que sua economia mergulha na primeira metade do século XVIII, abrindo uma “brecha” no sistema de *plantation* que permitiu a ocupação de terras férteis pelo produtor familiar, o camponês⁵⁴.

Chama a atenção, contudo, o fato de Palacios desconhecer o trabalho de Jean-Baptiste Nardi, o que limita suas referências, quanto ao Recôncavo, a Catherine Lugar e Stuart Schwartz, atribuindo a fumicultura baiana exclusivamente à produção escravista⁵⁵.

O último trabalho a entrar neste balanço também se deve a um historiador norte-americano e, igualmente, é resultado de sua tese de doutorado. Trata-se de *Um contraponto baiano* de Bert J. Barickman⁵⁶. O título é uma paráfrase de *Contrapunteo cubano* do sociólogo Fernando Ortiz⁵⁷, cujo ponto central é explorado por Barickman em relação à Bahia colonial, a saber, o contraste entre a *plantation* açucareira e a fumicultura no perfil de propriedade e uso dos fatores produtivos.

Barickman retoma a clássica teoria da fronteira aberta⁵⁸ nas zonas de colonização como ponto de partida para explicitar a possibilidade de desenvolvimento de um setor agrícola em pequena escala no Recôncavo baiano, que se ampliou no período colonial tardio, que o autor caracteriza como uma “*economia escravista madura*”⁵⁹. As terras não exploradas pela cultura açucareira, sobretudo as de solo de areia e salão, quedaram-se abertas ao cultivo pelos agricultores de pequenas posses, com plantéis reduzidos de escravos em fazendas ou sítios de área modesta. Foi o que se deu nos Campos da Cachoeira e área

⁵⁴ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 33, 51-2, 105-7, 109-10. A concepção de uma brecha camponesa da qual lança mão deve-se a Sidney Mintz; cf. MINTZ, S. *From Plantations to Peasantries in the Caribbean*. In: _____; PRICE, Sally (ed.). *Caribbean contours*. 3rd ed. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989, p. 131-133.

⁵⁵ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 35, 66, 334.

⁵⁶ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁷ ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel, 1973.

⁵⁸ De seu autor original, E. Gibbon Wakefield, que falava de uma *hollow frontier* ou “fronteira oca”; BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 221-2; sobre Wakefield, cf. os célebres comentários de K. Marx. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro 1, vol. II. 12. ed. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 884-98.

⁵⁹ Quanto à defesa da validade da abordagem do período para análise de conjunto da economia colonial, cf. FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 87-91, que remete aos estudos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais e Ciro F. Cardoso.

vizinhas⁶⁰. Em Cruz das Almas, por exemplo, 60% dos sítios tinham menos de 40 ha, enquanto o engenho médio do Recôncavo tinha 481 ha⁶¹.

Com base em inventários⁶², constatou a ampla disseminação da propriedade de escravos no Recôncavo, seja nas lavouras de mandioca, na produção açucareira ou na fumicultura. Apesar da ubiquidade da mão-de-obra escrava no Recôncavo, a concentração da propriedade nas freguesias onde predominava o cultivo do tabaco era entre 30 e 50% menor que nas freguesias açucareiras. Naquelas, a parcela escrava da população representava de $\frac{1}{5}$ a $\frac{1}{3}$ da total, contra $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{4}$ nas freguesias açucareiras⁶³.

O plantel médio de escravos dos fumicultores era de 6,5 cativos, o que os coloca acima dos roceiros de mandioca (4,4-4,8). Esta média, contudo, oculta a efetiva distribuição da propriedade escravista na região, uma vez que apenas de 1,7% dos proprietários possuíam plantéis com 40 ou mais escravos e que cerca de $\frac{1}{5}$ a $\frac{1}{3}$ (de acordo com a freguesia) dos escravos estavam concentrados em plantéis com menos de 5 cativos. Em comparação, em S. José do Iguape, grande produtora de açúcar, $\frac{2}{3}$ dos mancipios estavam concentrados em contingentes de mais de 40 escravos, sendo que, nas freguesias do açúcar, os 10% mais ricos detinham entre 50% e 75% dos escravos⁶⁴.

A valorização do tabaco em folha nas primeiras décadas do século XIX, como já chamara a atenção Catherine Lugar, abriu espaço para produtores ainda mais modestos, uma vez que não necessitavam das instalações de beneficiamento do tabaco em rolo, levando à maior participação de “camponeses” nesta lavoura. Foi o que se verificou na freguesia de São Gonçalo dos Campos, maior produtora de tabaco da região, onde, em 1835, cerca de 65% dos lavradores não tinham um escravo sequer⁶⁵. Barickman chama a estes pequenos produtores com mão-de-obra estritamente familiar de “camponeses”, o que os distingue daqueles que usavam, ao lado do trabalho familiar, a mão-de-obra cativa (voltaremos a este ponto na conclusão).

A conclusão central do autor, como já adiantamos, reside na reiteração do argumento de que a existência de uma fronteira aberta nas regiões açucareiras

⁶⁰ Área duplamente de fronteira no último quarto do séc. XVII, por não ser propícia à cana-de-açúcar e por ter tido sua ocupação dificultada pelos ataques de grupos indígenas aos povoados, dando origem às primeiras investidas de paulistas a soldo do governo-geral; cf. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP, 2002, p. 107-16

⁶¹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 186-8.

⁶² O autor reconhece os limites deste tipo de fonte, que tende a deixar de fora os produtores mais pobres, que nada ou quase nada possuíam a ser inventariado; BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 245-6.

⁶³ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 214-7.

⁶⁴ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 214-5, 237-41; cf. também SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 359-60.

⁶⁵ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 245.

não só permitia, mas tornava necessária à reprodução da economia colonial a presença da produção em pequena escala de alimentos⁶⁶.

A produção de tabaco não se restringiu às mencionadas regiões, mas fez-se presente em outros pontos da América portuguesa. A produção no Maranhão, embora mencionada pelos contemporâneos, permanece virgem no que diz respeito à exploração historiográfica. Pelo que se pode depreender da documentação, foi sempre modesta⁶⁷. A fumicultura também medrou no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais, que igualmente ainda reclama maiores estudos. Nardi faz menção à produção nestas duas capitanias, mas não se ocupa delas com a mesma profundidade que dedica à Bahia (exceto quanto ao contrato do tabaco do Rio de Janeiro)⁶⁸.

Conclusão: novas sementes (híbridas)

Os dois primeiros historiadores que tratamos abordaram a fumicultura no período colonial de forma abrangente, um afirmando sua inserção nos quadros mais amplos do “sentido” da colonização e limpando o campo onde outras sementes viriam a brotar, enquanto o outro colocava hipóteses e lançava questões que se revelaram frutíferas. Os pesquisadores do segundo momento que definimos buscaram, uns, fazer o ciclo completo, sazonalizando cada um de seus estágios: produção, comércio e administração, outros, aprofundando a análise das relações de produção na fumicultura.

No que diz respeito às hipóteses ou teses assumidas em cada um dos estudos creio que podem ser resumidas numa questão central: o papel da produção em pequena escala na economia da América portuguesa. Desde Caio Prado Júnior, passando por seu mais ilustre epígono, Fernando Novais, a presença de pequenos produtores livres na colônia era tratada como se efetivando às margens da *plantation*. A fronteira aberta favorecia a arregimentação de dependentes (*agregados, moradores*)⁶⁹ mas não a de mão-de-obra livre a baixo custo, o que levou, entre outros fatores, ao predomínio do trabalho compulsório⁷⁰. Por outro lado, na fronteira desenvolveu-se a pequena lavoura de alimentos, subsidiária da “grande lavoura”

⁶⁶ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 167-8, 207-9; a mesma tese encontra-se em FRAGOSO, *Homens de grossa aventura...*, p. 27-8, 144-7.

⁶⁷ CHEIS, *O tabaco do Brasil...*, p. 38-49; NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 45-50.

⁶⁸ NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 287-314.

⁶⁹ Para uma consideração da condição marginal e, a um só tempo, subordinada dos homens pobres livres em São Paulo, mas com tendência à generalização para o restante do Brasil, cf. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

⁷⁰ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 37-9, 117; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 100-3; claro que, neste último, a tese da “fronteira aberta” não é fator explicativo fundamental do escravismo na colônia; cf. NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, p. 92-103. Para uma consideração da “fronteira aberta” ou o “free land framework” como fator explicativo central do escravismo na América, cf. SOLOW, Barbara L. *Slavery and Colonization*. In: SOLOW, B. L. (ed.). *Slave and the rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 3, 21-42.

exportadora, mais voltada, contudo, ao abastecimento urbano que ao das fazendas escravistas, auto-suficientes⁷¹.

Embora este não seja nosso ponto central, deve vir à baila pela razão que apenas no setor de abastecimento do mercado interno, que Caio Prado Júnior chama de “agricultura de subsistência”, é que se supunha ter medrado a pequena propriedade não escravista⁷². Apesar deste autor ter apontado a possibilidade da produção em pequena escala na fumicultura, considera-a escravista, como já assinalamos, enquadrando-a na “grande lavoura” exportadora⁷³.

Pelo que já vimos aqui, creio que está suficientemente demonstrado o predomínio da produção de tabaco em pequena escala⁷⁴. A despeito do caráter exportador deste ramo, foram os plantadores modestos, produtores diretos, com poucos escravos ou sem eles, que geraram a maior parte do tabaco exportado por Salvador e Pernambuco.

Como entender estas características da fumicultura que lhe dão caráter *híbrido*, no sentido que Jacob Gorender chamou-o, ao combinar mão-de-obra familiar e escrava⁷⁵ e no que se enfatiza aqui, isto é, ao combinar produção em pequena escala e exportação? Uma resposta a esta questão foi dada por Prado Júnior e, ao meu ver, não se acrescentou nenhuma outra hipótese relevante desde então. Dizia aquele pioneiro de nossa historiografia econômica que os baixos custos envolvidos na montagem de uma lavoura de tabaco e do beneficiamento do produto abriam a possibilidade de seu cultivo pelo agricultor familiar. Além do mais, havia a possibilidade de “terceirizar” o beneficiamento, o que dispensava os gastos com a mão-de-obra escrava e alguns apetrechos. Outra tese sua, da qual também falamos, consiste nos limites aos ganhos de escala na fumicultura⁷⁶, devido ao trabalho intensivo requerido por cada uma das plantas do tabaco, o que inviabiliza a ocupação de escravos (ao menos em plantéis médios e grandes), que se torna onerosa.

Os demais autores que se ocuparam deste ponto ou contentaram-se em testar as (hipó)teses de Prado Júnior ou não levantaram o problema. As colocações do autor explicam satisfatoriamente o porque do predomínio da produção de tabaco em pequena escala, mas não o porquê da reiteração da condição desfavorecida destes pequenos produtores, os quais, apesar do acesso a um dos “canais de

⁷¹ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 136-7, 153-5.

⁷² PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 154.

⁷³ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 149.

⁷⁴ Ao menos na segunda metade do Dezoito na Bahia e no segundo e terceiro quartéis deste século em Pernambuco.

⁷⁵ GORENDER, *O escravismo colonial*, p. 85-6.

⁷⁶ Este aspecto técnico pode ser confirmado na fumicultura das colônias anglo-americanas do sul: Virginia e Maryland; cf. CARR, Lois G.; MENARD, Russell R.. Land, labor, and economics of scale in early Maryland. *The Journal of Economic History*, v. 49, n. 2, jun. 1989, p. 410.

acumulação”⁷⁷ da economia colonial, não lograram ascender social e economicamente⁷⁸.

Por outro lado, a combinação de mão-de-obra familiar com a compulsória numa mesma unidade produtora de pequena escala, voltada não para o abastecimento interno em alimentos, mas para um produto exportado, levanta algumas questões. Como classificar estes produtores: são camponeses ou senhores de escravos e, portanto, suas unidades são escravistas? Se seguirmos João Luís Fragoso, que tratou, entre outros pontos, da produção de alimentos na América portuguesa (e sua vinculação às estruturas do escravismo), poderíamos chamá-los “camponeses”⁷⁹. Bert J. Barickman, por sua vez, considera que aqueles que possuíam pequenos plantéis de escravos, ou mesmo um único, compartilhavam com os grandes senhores o escravismo, admitindo, por outro lado, que o produtor direto com um escravo em quase nada se diferenciava do produtor estritamente familiar, no que toca ao nível sócio-econômico⁸⁰.

Parece-nos, enfim, que, não obstante os grandes avanços registrados na historiografia sobre o tabaco na América portuguesa, que permite verificar a ascensão do primo pobre do açúcar - este de rica fortuna bibliográfica - é possível formular dois problemas. Primeiramente, resta por definir melhor a natureza da pequena produção familiar aliada à mão-de-obra escrava na fumicultura e a permanência da condição dos lavradores de tabaco como os primos pobres dos produtores de açúcar, uma vez que se tratavam de dois gêneros exportáveis, sendo o primeiro elemento indispensável para a reprodução da economia açucareira, visto ser moeda⁸¹ no trato escravista na costa ocidental africana⁸².

Segue-se, em segundo lugar, a suposição de que é nesta conexão entre a reprodução da economia escravista e a lavoura de tabaco que reside o segredo

⁷⁷ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 77-8, 105-7.

⁷⁸ Uma comparação entre os fumicultores da Virgínia e Maryland, dentre os quais saíam os “pais fundadores” dos EUA, e os da América portuguesa revela-se marcadamente contrastante; sobre a formação sócio-econômica dos primeiros, cf. KULIKOFF, Alan. *Tobacco and slaves: the development of southern cultures in the Chesapeake, 1680-1800*. North Carolina: University of North Carolina, 1987, p. 06-08, 44 et passim; sobre a formação social e política da aristocracia na Virgínia, cf. BOORSTIN, Daniel J. *Os americanos: a experiência colonial*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 97, 102-4, 106-9.

⁷⁹ FRAGOSO, *Homens de grossa aventura...*, p. 122-3, 136-8.

⁸⁰ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 250.

⁸¹ Ou “pseudo-moeda”; cf. ROMANO, Ruggiero. *Mecanismo y elementos del sistema económico colonial americano, siglos XVI-XVIII*. México, DF: El Colegio de México/ Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 421-2; termo adequado ao “balbucio monetário” das “mercadorias-moeda”; cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tomo I. Lisboa: Cosmos, 1970, p. 365-6; talvez, ainda, devêssemos falar em “meio de troca” em lugar de “pseudo-moeda”; cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade*: vol. 1. 4. ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 45-8.

⁸² Prado Júnior já havia assinalado esta relação, cujo estudo aprofundado deve-se a GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1950], p. 177-9, 189-90, 199-200; e VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 19, 21, 34, 56.

das questões que levantamos. J. Galloway⁸³ já havia proposto algo neste sentido, no que foi contestado por Schwartz, para o qual a relação entre fumiçultura e açucarocracia não estava demonstrada⁸⁴. Alencastro, por sua vez, dá razão àquele, na medida em que “*a conexão do açúcar, do tabaco e do tráfico era tecida pelas mãos dos negociantes baianos*”⁸⁵.

Percebe-se, portanto, a artificialidade do recorte das relações de produção sem relacioná-las à circulação, que aqui se justificou em virtude da exposição e para evidenciar esta lacuna. Os nossos autores, porém, não tiraram as implicações da unidade entre circulação e produção, exceto Guillermo Palacios, que atribuiu ao comércio de contrabando, com pequenos capitais, entre outros pontos, o estímulo à difusão da produção de tabaco em pequena escala, como vimos. Por outro lado, ao analisar a relação entre esta produção familiar e a *plantation* afirma que “*nada tiene que ver con una supuesta articulación ‘estructural’*”, enfatizando mais a dependência da lavoura escravista da camponesa que a recíproca e uma autonomia relativa da pequena produção⁸⁶.

Nardi, não obstante a preciosa avaliação do comércio negreiro da Bahia mediante o uso do tabaco, não oferece uma abordagem que vincule à forma que tomou a fumiçultura ao escravismo colonial. Preferimos concluir, juntamente com Schwartz, que “*(...) a posição central das grandes propriedades e do setor exportador para o entendimento da formação socioeconômica do Brasil, bem como as formas que uma constelação de relações sociais - mesmo fora da escravidão - foram moldadas pelo escravismo e muitas vezes pela realidade dos latifúndios*”⁸⁷. Para nós, assim, este constitui um aspecto fundamental para a análise da fumiçultura luso-americana colonial. Estes, porém, são assuntos para uma outra oportunidade.

⁸³ GALLOWAY, J. Nordeste do Brasil, 1700-1750: reexame de uma crise. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, abr.-jun. 1974, p. 92-3.

⁸⁴ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 168, nota 114.

⁸⁵ OLIVEIRA & ALENCASTRO, *Engenho de sempre*, p. 201.

⁸⁶ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 32, 62-3

⁸⁷ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 135.

RESUMO

Apesar da importância do tabaco para a economia colonial da América portuguesa, o papel desempenhado por este gênero, sua produção e comércio não mereceram a atenção que o açúcar recebeu da historiografia. Constituído-se, por um lado, no segundo maior gênero de exportação do Estado do Brasil, até fins do século XVIII e fonte de avultadas receitas para o Estado, e sendo, por outro, o único produto colonial que combinava a produção em pequena escala, com ou sem escravos, e a exportação do produto beneficiado. O balanço que aqui fazemos tem por eixo central a caracterização das relações de produção, incluindo o regime de mão-de-obra e o de propriedade/ posse e uso da terra, aspectos que, combinados à exportação, singularizaram a fumiicultura no agro colonial.

Palavras-Chave: Historiografia Econômica; Tabaco; Brasil Colônia.

ABSTRACT

At despite of the importance of the tobacco for the Portuguese America colonial economy, the role played by that commodity, their production and trade, it hasn't draw the attention which the sugar received by historiography. It became, at one hand, the second major exportation commodity of State of Brazil, up to 18th century ends, and bulky revenues source, and, at another hand, to be the only colonial commodity which combined the small scale production, with or without slaves, and the exportation of the improved output. The balance that we make here has as main point the relations of production characterization, including the labor regimen and that of ownership/tenure and the land use, features that, combined with exportation, singularized the tobacco culture in the colonial fields.

Keywords: Economic Historiography; Tobacco; Colonial Brazil.